

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Mestrado em Sociologia

Sociologia da Violência

Estudo de Caso - Relatório

*Análise sociológica da violência durante o período de transição para a independência de
Moçambique vivido em Maputo de acordo com um testemunho*

Docente: António Pedro Dores

Discente: Ilundi Durão de Menezes, 80391

Lisboa, Julho 2018

Índice

Descrição do caso de violência	2
Descrição dos fluxos de violência e contra violência	5
Plano metodológico	13
Análise sociológica do estudo de caso	15
Introdução	15
As teorias sociológicas e o estudo da violência	18
O estudo de caso sob a teoria sociológica de violência como redução ao corpo	24
Conclusão	28
Bibliografia	30

Descrição do caso de violência

O estudo de caso é centrado no testemunho de uma mulher mestiça que viveu o ano de 1975 em Moçambique, em Maputo (antiga Lourenço Marques), um ano de transição em que Moçambique deixou de ser colónia Portuguesa e a independência do País foi proclamada a 25 de Junho desse ano.

O estudo de caso irá trazer a descrição dos eventos que se sucederam nos meses antecedentes ao dia da proclamação da independência, o dia em si (o dia 25 de Junho) e os seis meses seguintes, sob a perspectiva da experiência vivida pela entrevistada na cidade de Maputo.

A entrevistada partilhou vários níveis da sua experiência durante esse ano permitindo ter um quadro geral da situação do País. Importa notar que estamos a falar sobre a história de acordo com uma perspectiva. O mesmo ano e os mesmos eventos relatados por outro indivíduo poderão trazer um retrato diferente do mesmo tema.

Portanto será trazida aqui uma descrição num nível macro, a nível da política, da economia e da situação social do País, assim como uma descrição de nível micro tendo em conta os sentimentos, as emoções, o estado psicológico da entrevistada.

O perfil da entrevistada é o de uma mulher mestiça (considerada branca pela sociedade que a rodeava na altura, portanto uma mulher mestiça muito clara que passava por branca sendo facilmente aceite no grupo social a que pertencia) que tinha os seus 18 anos, estava no primeiro ano da universidade e vivia em Maputo (antiga Lourenço Marques). Esta mulher pertencia ao grupo de elite de Moçambique colonial, portanto a classe social onde a população portuguesa e colonial se movimentava. No entanto, esta mulher (a entrevistada) pertencia ao grupo dentro da elite que era a favor da independência do País, que considerava que a independência de Moçambique era uma demanda justa e de direito, onde os membros deste grupo participaram ativamente no processo de transição para a independência – uns de forma mais ativa, a nível político, de debates, eventos, nos Grupos Dinamizadores para facilitar a comunicação e coordenação de ações nos bairros da cidade e em atividades junto das comunidades da população negra (“local”); outros, de forma mais passiva, concordando mas não participando necessariamente em atividades que fizessem parte do processo para a independência do País.

Um dos irmãos desta mulher é negro e na altura também se movia no mesmo círculo social. Estas situações eram excepcionais (pessoas não brancas que pertenciam à elite social) e estavam usualmente associadas a famílias que eram aceites pela elite colonial no seu seio de convivência e que tinham aprovação para pertencer a esse estrato social. Seriam famílias de alto status económico ou intelectual, exemplos de fatores que contribuía para a aceitação destas no meio colonial branco (elitista e pró-imperialista).

Portanto, a sociedade de Maputo naquele momento estaria estratificada da seguinte forma:

- Elite branca (e com os membros não brancos aceites por este estrato social) colonial pró-imperialista que vivia na “zona de cimento” da cidade, a zona urbanizada e provida de saneamento e infraestruturas básicas.
- Elite branca (e com os membros não brancos aceites por este estrato social) que viviam em Moçambique colonizado, mas que se caracterizavam por serem anti colonização e imperialismo que também vivia na “cidade de cimento”;
- Uma população não branca constituída por indianos, goeses, mestiços, chineses e negros “assimilados” que, embora não fazendo parte da elite colonial branca anti independência, viviam maioritariamente nas periferias da “cidade de cimento” (em zonas menos nobres) ou em bairros tampão/fronteira dos subúrbios negros, sendo alvo de discriminação das elites brancas em relação às oportunidades de ascensão social. Aqui também havia grupos pró e contra independência, sendo que os que estavam a favor da independência constituía a grande maioria.
- O “resto” da população, a população negra, que vivia nos subúrbios, nas zonas ao redor de Maputo, vivendo em habitações precárias, sem de provisão de saneamento e infraestruturas básicas, e altamente constrangida por um conjunto de regras/políticas de controlo (este grupo tinha que ter passes de circulação para poderem transitar na “cidade de cimento” e com os seus direitos revogados (saúde, educação, oportunidades de emprego; acesso a transportes). Esta era a camada da população mais desfavorecida e vulnerável do País.

Importa notar que em 1975 já havia também várias famílias de brancos que não seriam de primeira geração a viver em Maputo e/ou Moçambique. Havia famílias brancas (e/ou, que, entretanto, se teriam miscigenado) que já viveriam em Moçambique há gerações com filhos, netos, bisnetos já nascidos em Moçambique.

A nível político Moçambique tinha um governo de transição que tinha sido nomeado na sequência da revolução de Abril de 1974 em Portugal, cujo objetivo era apoiar na transição de colónia para País independente. Este governo era formado por representantes do estado e exército Português do Movimento de Forças Armadas (MFA) que liderou a Revolução dos Cravos, e por membros representantes e militares/guerrilheiros da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

A nível económico começa a sentir-se imediatamente em 1975 a recessão: motivado pelo êxodo de pessoal qualificado a nível de instituições de Estado (educação, saúde, administração interna, entre outros) e do setor privado, e por processos de sabotagem caracterizados pela destruição de bens, equipamentos e infraestruturas e ameaças de fecho parcial ou total das unidades produtivas e respetivos despedimentos em massa.

O País encontrava-se numa situação de paralisação parcial das atividades produtivas e da administração pública, com muitas necessidades, poucos recursos, e um plano desmedido para cumprir a “passagem de pastas” para Moçambique independente.

A nível pessoal, a entrevistada passava por um momento em que simultaneamente vivia agoniada e saudosa por causa da perda de amigos de infância que deixavam o País com as suas famílias, mas também consumida pelo êxtase de um processo novo, do qual era apoiante, onde o sentimento do bem coletivo se sobrepunha ao bem pessoal. No meio universitário que frequentava, reinava a agitação intelectual onde os estudantes e Professores de diferentes faculdades e de todos os anos de estudo se misturavam em debates, reuniões e palestras. No meio social estes debates tinham lugar nos cafés, e nos seios familiares também se discutia a perspectiva do que se antevia – no Moçambique independente – e o significado disso a nível político, económico e social do País. Será que todos os sonhos e esperança de um País mais equitativo, justo, democrático, são e cheio de potencialidades para o seu crescimento se iriam materializar? Como, e a que custo?

Havia um forte sentimento de pertença e ao mesmo tempo galvanizador decorrente da participação em debates e atividades nos Grupos Dinamizadores dos bairros, locais de trabalho e das escolas; nos Grupos de Alfabetização da população negra e mais carenciada; ou em grupos reivindicadores como as Associações de Estudantes, dos Negros (ambos movimentos já existentes no período colonial), e dos Democratas e a LEMA – a Liga dos Estudantes

Moçambicanos Anti-imperialistas (ambos movimentos que surgem durante 1975). A realidade da entrevistada durante o ano de 1975 em Maputo era de muito pouco estudo, de muito ativismo e prática política e onde o conhecimento de pessoas novas e a criação de novas relações era uma constante.

Descrição dos fluxos de violência e contra violência

O ano de 1975 é marcado por vários momentos de violência e contra violência, vários momentos de redução ao corpo e expansão para lá do corpo (Dores, 2014).

A nível estrutural, a um nível macro, estão presentes um conjunto de circunstâncias antagónicas em Maputo (antiga Lourenço Marques):

- Há dois eventos marcantes que sucedem entre o 25 de Abril de 1974 e 1975 que contribuem para sentimentos e vivências contraditórias, assim como influenciam a conjuntura do País:
 - Enquanto se formalizavam os Acordos de Lusaka a 7 de Setembro na Zâmbia entre a FRELIMO e o governo Português (acordos que tinham por objetivo a transferência rápida e incondicional do poder para a FRELIMO), em Maputo dá-se um levantamento da população branca (contra a independência de Moçambique) conhecida como os FICOS que toma o rádio clube na cidade de Maputo e começou a emitir mensagens para todo o País, incitando os brancos a revoltarem-se. Este assalto durou algumas horas durante o dia 7 de Setembro e os FICOS acabaram por ser retirados/expulsos pelo exército português que estava baseado em Moçambique a apoiar o período de transição até 25 de Junho de 1975.
 - A 21 de Outubro um grupo de comandos militares Portugueses que estariam de regresso a Portugal (e que provavelmente não estariam 100% a favor da “perca” das colónias), num ato de provocação, iniciam o disparo de tiros na baixa da cidade e nas zonas suburbanas. Ao final da tarde dá-se o processo de sublevação por parte da população negra que começa a atacar carros vindos do aeroporto em direção à cidade. Carros e pessoas foram incendiadas independentemente de terem algo a ver ou não com a ocorrência levada a cabo pelos militares Portugueses. A ala militar da FRELIMO apoiada pelo exército Português (as

forças progressistas que estavam no País) interveio para cessar o conflito. Foi um dia muito marcante e extremamente violento.

- Estes dois eventos abanam a elite colonial. O grupo de cidadãos que havia vivido em Moçambique até então numa situação de superioridade, com qualidade de vida, bem-estar económico e segurança garantida por uma administração colonial entra em desespero e começa a abandonar o País. Este grupo sente-se inseguro e sem garantias sobre o futuro dos seus bens, se haverá compensações, sem acordos financeiros ou comerciais para proteger e conservar capacidades técnicas, e sem a presença de Portugal após o 25 de Junho visto que o acordo foi com base na completa abdicação unilateral de Portugal de todas as responsabilidades com relação a Moçambique.
- A sociedade estava então caracterizada por três grupos/realidades coexistentes:
 - Uma elite colonial branca (e com os membros não brancos aceites por este estrato social) que se sente assolada por sentimentos de insegurança e abandona o País ao longo de 1975. Liderada por este grupo, uma minoria da população não branca constituída por indianos, goeses, mestiços, chineses e negros “assimilados”, também abandona o País neste período.
 - Uma elite colonial branca (e com os membros não brancos aceites por este estrato social) a favor da independência de Moçambique com os sentimentos reforçados da necessidade de apoiarem este movimento e participarem/apoiarem a sanar as lacunas e a alcançar os objetivos delineados para Moçambique independente, pós 25 de Junho. Este grupo havia assumido a causa assim como a posição de trabalhar pelo bem coletivo como prioridade sobre o bem individual. Liderada por este grupo, a maioria da população não branca constituída por indianos, goeses, mestiços, chineses e negros “assimilados”, ficam no País comungando dos mesmos ideais de justiça e de um bem-estar coletivo.
 - A população negra sentindo-se cada vez mais “dona” do seu País e com espaço de intervenção e atuação para a defesa dos seus (dos Moçambicanos) interesses. Esta população estava pela primeira vez e finalmente numa posição em que não só tinham direitos garantidos (educação, saúde, emprego, participação política, liberdade de expressão, entre outros) como podiam ser cidadãos ativos e participativos do rumo que achavam que o seu País deveria tomar. Neste grupo também era muito forte o sentimento da luta pela causa “Moçambique” e a

prioridade que o bem coletivo tomava em detrimento dos objetivos pessoais naquele momento histórico do País.

- As condições económicas começam a deteriorar-se no País durante 1975. Dado que os detentores dos meios de produção e os recursos humanos qualificados a operar tanto no setor público como no privado, pertenciam ao grupo da elite colonial que passando por um momento de insegurança, preferia abandonar o País a arriscar a manutenção da sua presença e investimentos. Moçambique vê-se numa situação de desertificação económica – empresas estagnam, pois, ficam sem administração e sem técnico especializados; o investimento para/decrece; as instituições do estado estão desfalcadas de técnicos; os níveis de desemprego intensificam-se.
 - Este abandono caracteriza-se não só pelos que pura e simplesmente abandonam o País deixando tudo para trás mas também pelos que ao abandonarem o País (quase que com uma atitude de “se nós não podemos ficar isto eles também não ficam) sabotam/destroem bens, equipamentos e infraestruturas criando um fosso económico ainda maior pois iria obrigar Moçambique a ter que repor estas estruturas/condições.
 - Os grupos da minoria da elite branca e da população não branca (indianos, goeses, mestiços, chineses e negros “assimilados”) que ficam no País e a população negra (maioritariamente sem grande proficiência) encontram-se obrigados a fazer face a este desafio de manter o País a funcionar em situações precárias (recursos humanos, materiais e financeiros escassos). Esta obrigação é, de qualquer modo, aceite sem questionamento – todos querem e aceitam a independência, o bem coletivo, todos querem ser úteis. Sentimento de unidade, coesão e de que “o País é nosso e somos nós que temos que cuidar dele”.
- Havia um contexto de dualidade durante o ano de 1975:
 - Por um lado, a efervescência e excitação com todas as perspetivas e possibilidades para o futuro de Moçambique independente. A camada estudantil, a minoria da elite branca, população não branca, e a população negra partilhavam de um fervor de se fazerem úteis. O nível de entrega e felicidade era exaltado pelos discursos e promessas da FRELIMO e do seu líder/presidente, Samora Machel, que iriam assegurar um conjunto de condições de vida acessível a todos, o que nunca havia acontecido antes. O desejo de ser útil/prestável, mesmo tendo em conta as lacunas a nível de capacidade

financeira e de aptidões, era sentido e vivido por todos para o alcance de um Moçambique justo, democrático e próspero.

- Por outro lado, a realidade era a de um País com muita coisa por fazer. Estava instalado um clima de *stress* e tensão porque havia um prazo a cumprir até 25 de Junho – data da proclamação da independência – que se estava a revelar curto tendo em conta a tarefa colossal para esta transição caracterizada por lacunas de recursos, como já foi explanado. Havia a antecipação do processo de transição de governação num ambiente com escassos recursos financeiros, humanos e materiais/infraestruturas e o medo/receio acrescido de que este quadro poderia piorar após a proclamação da independência.
- A partir de 26 de Junho de 1975, logo após a proclamação da independência, há um conjunto de decisões/mudanças políticas (algumas em formato de lei outras apenas indicadas como orientação/decisão política a seguir):
 - É aprovada a primeira Constituição da então República Popular de Moçambique, o instrumento máximo a nível legal/político de um País e que, neste caso, indicava também o novo posicionamento do estado em termos do regime / sistema de governação, propriedade coletiva dos recursos naturais do solo e subsolo, a planificação estatal da economia com os setores estratégicos a serem geridos pelo estado.
 - Por causa do fecho parcial ou completo de muitas empresas, abandono de instalações e estabelecimentos, e o desinvestimento significativo dada a debandada populacional proprietária dos meios de produção e qualificada, como já foi explorado neste texto, aprovou-se o Decreto Lei 16/75 de intervenção estatal – preconizando a implementação de medidas que contribuíssem para a garantia da paz social e o progresso destacando-se entre elas: a intervenção do estado no processo de gestão, por forma a garantir o funcionamento normal das unidades produtivas, o emprego e o bem-estar social – não só por uma questão ideológica, mas também para responder ao contexto económico de 1975.
 - Para além dos eventos descritos acima de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974 ocorridos em Maputo, a homologação da Constituição e a implementação destas decisões políticas após o 25 de Junho também concorreram para intensificar a insegurança sentida por várias pessoas e consequentemente a debandada ainda maior da massa crítica do País.

Ao nível individual, a um nível micro, a entrevistada relata ter passado também por um momento de justaposição de sentimentos/realidades:

- A debandada de pessoas do País neste período significou que a entrevistada perdeu uma realidade significativa da sua vida. A realidade que ela conhecia desde a sua infância é-lhe bruscamente retirada pela conjuntura do processo histórico que caracterizou o País nesse ano. Uma parte da identidade da entrevistada perde contorno ficando ela em Maputo como resquício dessa realidade. Tristeza e saudade ocupavam o seu espírito.
- O mesmo evento histórico que proporciona perdas, é o mesmo evento que proporciona um movimento de imensa novidade e frenesim na vida da entrevistada:
 - A entrevistada estava no primeiro ano da universidade em 1975, integrando uma camada estudantil numa realidade em que pela primeira vez há liberdade de expressão, discussão e opinião pois cessa a censura do tempo colonial. Os debates são vários, acesos e prementes – discute-se o currículo e o ensino (corte com o modelo colonial, tradicional e classicista) criando espaço para a introdução de novas correntes de pensamento. Alunos e Professores vanguardistas participam destas discussões. Os Professores que participavam destes encontros eram a porta de entrada para a pressão a nível pedagógico, docência e administração para a mudança a nível curricular que começa a tomar forma em 1975. A entrevistada estava constantemente a conhecer pessoas novas e a criar relações dada a aderência a estes debates por parte das várias faculdades e alunos dos diferentes anos de estudo. Havia jornais de parede, jornais académicos e manifestações. Todos podiam escrever, dizer e fazer “o que queriam” e o envolvimento na troca de ideias e discussões tomaram palco central em detrimento do estudo. A camada estudantil acompanhava de perto as mudanças que iam ocorrendo ao longo do ano. As grandes leis eram anunciadas e explicadas em comícios em que os estudantes universitários participavam avidamente. Para além disto seguiu-se de perto os novos membros para integrar o governo. Os estudantes procuraram conhecer os seus novos dirigentes (que tipo de *background* tinham – qualificações académicas, integrantes do grupo de guerrilheiros que lutou durante as guerras coloniais, se eram bem falantes, se eram comunicativos ou não) e avaliaram criticamente as suas prestações

(comportamento e resultados de governação) tendo em conta os cargos que ocupavam. Estes dirigentes eram vistos como heróis – haviam conseguido atingir o objetivo (independência do País) não obstante os grandes desafios com que tiveram de lidar durante mais de 12 anos.

- A nível familiar o entusiasmo era o mesmo. Em casa da entrevistada as conversas eram animadas, cheias de esperança e com a partilha das perspetivas de cada um (os pais que trabalhavam em diferentes ramos – Professora Universitária e Chefe de Departamento numa empresa agrícola – os filhos de diferentes idades – uns ainda na escola, ela na universidade e o mais velho a trabalhar (que tinha integrado a tropa colonial dada a obrigatoriedade de serviço que existia no período colonial). Para além das conversas trocadas no seio familiar, também se organizavam reuniões em casa da entrevistada, neste caso por iniciativa dos pais ou dos amigos e colegas de trabalho destes, com uma índole idêntica aos temas discutidos pela entrevistada no seio universitário.
- Para além do espaço familiar e estudantil, também a nível social, nos cafés/bares, espaços de convívio em que a entrevistada circulava também estes temas eram discutidos avida e energeticamente.
- Para além da profusão dos temas debatidos tendo em conta a evolução do processo da independência em 1975 havia também um forte sentimento de partilha e solidariedade, dava-se mais do que era exigido a cada um individualmente. A entrevistada participou ativamente nos Grupos Dinamizadores do bairro e da sua Faculdade, em processos/atividades/operações que contribuíram para gerar mudanças na organização dos bairros residenciais, introduzindo novas formas de comunicação e coordenação entre os residentes – onde o jornal de parede constituiu na altura uma verdadeira inovação. A participação cívica em campanhas de alfabetização e de limpeza de bairros, e as ações de solidariedade para as camadas mais carenciadas da população, foram priorizadas.
- A entrevistada fez estudo político em grupo nos bairros, escolas e associações, onde se analisavam as diretivas políticas, os discursos de dirigentes, as novas leis que saíam, entre outros.

- A entrevistada participou também no grupo coral da Faculdade onde se aprendiam as canções revolucionárias do movimento de libertação.
- A entrevistada também participou em organizações democráticas de massas com destaque para a Organização da Mulher Moçambicana (OMM).
- Este entusiasmo e vontade de participar por parte da população do País, particularmente das camadas jovens, foi claramente (e com a sua razão) aproveitado pelo governo.
- Toda esta agitação e ocupação serviu de distração às perdas pessoais e emocionais que a entrevistada sofreu em 1975. Atuou como tampão, como se não tivesse tempo/espço para sentir a tristeza por causa do momento histórico único que também preenchia emocionalmente e intelectualmente acabando por ajudar a ultrapassar o processo menos feliz/bom.
- Sucedeu também uma mudança a nível da socialização/entretenimento que afetou os jovens na altura, a decisão de fechar os bares, discotecas, cabarets em Maputo que limitou os espaços de diversão da juventude da época. Embora não abalado de forma intensa a rotina da entrevistada porque os jovens estavam muito envolvidos com todo o processo de independência e faziam também muitas festas em casa uns dos outros, não foi uma decisão que tenha passado despercebida nem à entrevistada nem à camada jovem.
- Ocorriam também momentos de contradição a nível da segurança pública. A segurança pública passou a ser exercida pelos guerrilheiros que haviam participado nas guerras coloniais e que não eram necessariamente letrados nem tinham treino policial. Havia um escrutínio zeloso/conservador que questionava os indivíduos se estivessem a circular noite (principalmente) e em relação às mulheres, para além deste controle eram ainda questionadas sobre a sua roupa (decotes, saias/calções/vestidos curtos, entre outros) quando os responsáveis pela segurança pública não achassem as escolhas de vestuário apropriadas (mais uma vez este escrutínio intensificava-se à noite).

Para além do panorama macro e micro de movimentos de violência e contra violência ocorridos durante o ano de 1975 em Maputo de acordo com o testemunho da entrevistada importa descrever o relato da entrevistada sobre como se passou o dia 25 de Junho em Maputo (antiga Lourenço Marques), especificamente, o dia da proclamação da independência de Moçambique, pela importância e simbologia que esse dia tem no processo. É o apogeu deste processo e

também marcado por momentos de violência e contra violência, vários momentos de redução ao corpo e expansão para lá do corpo (Dores, 2014). A entrevistada partilhou:

- A proclamação da independência de Moçambique estava marcada para a meia-noite do dia 25 de Junho e foi marcado por uma chuvada torrencial.
- A proclamação da independência foi marcada para ter lugar no estádio da Machava. O estádio tem capacidade para 40 mil pessoas. Estima-se que no dia 25 de Junho de 1975 100 mil pessoas terão estado no estádio e outros milhares não terão conseguido entrar.
- As pessoas organizaram-se para chegar ao estádio horas antes, exatamente para garantir lugar, e algumas pessoas chegaram a ir 12 horas antes. A entrevistada fez-se ao estádio por volta das 18 horas e levou horas para entrar não só pelas longas filas de espera, mas também porque se estava a revistar as pessoas à entrada porque era preciso garantir a segurança do estádio e dos dirigentes da FRELIMO e do governo Português que iam estar presentes.
- Enquanto as pessoas esperavam o início da cerimónia o ambiente era de animação/festa; todos conversavam entre si, uns tinham dísticos, outros bandeiras, outros *t-shirts*, com palavras de ordem e dizeres relacionados com a luta/causa de Moçambique (viva a independência; a luta continua; força Moçambique, entre outros); estava presente uma banda militar a tocar músicas revolucionárias (ligadas à luta travada pelo movimento de libertação); gritavam-se palavras de ordem, diferentes grupos criavam diversões; havia muita energia positiva. A partir das 6/7 da tarde esta espera foi marcada pela chuva torrencial que não parou desde então.
- A cerimónia foi marcada por discursos dos representantes do Governo Português, seguindo os discursos da FRELIMO feitos pelo Samora Machel. De seguida Samora Machel fez a proclamação da independência de Moçambique. Tocou-se o hino Português e o hino da FRELIMO (ainda não havia um hino de Moçambique). Havia também dois mastros de bandeiras, um com a bandeira Portuguesa e outro com a bandeira Moçambicana, que em movimento simultâneo se substituíram, a bandeira Portuguesa foi recolhida enquanto a bandeira Moçambicana foi hasteada.
- Houve fogo de artifício e o Samora Machel, conhecido pela sua capacidade de retórica e imenso carisma nos seus comícios capaz de mobilizar multidões, começa a gritar as suas famosas palavras de ordem: Viva, Moçambique! ao que a multidão no estádio correspondia: Viva! Viva a independência! Viva! e assim por diante. As ovações de

Samora Machel inflamaram de tal forma as emoções que foi um êxtase sentido e vivido no estádio, mas também resultando num momento de tensão no final da cerimónia.

- Após o fim da cerimónia, já de madrugada, as pessoas retiram-se do estádio, o ambiente é efusivo mas calmo e pacífico, a entrevistada chega a casa perto das 6 da manhã e dorme o dia todo tal é a exaustão física e emocional. Nessa noite, a entrevistada acordou afónica!
- Houve dois momentos de tensão vividos no 25 de Junho:
 - A cerimónia estava marcada para iniciar à meia noite, mas o Samora Machel atrasou-se 20 minutos (um dos motivos do seu atraso foi exatamente o trânsito infernal em direção ao estádio que nem os carros protocolares foram capazes de contornar. Esses 20 minutos de atraso levantaram dúvidas do que é que se estaria a passar, insegurança, medo, sensações trocadas entre a multidão que tentava perceber o que estaria a acontecer.
 - O segundo momento de tensão acontece durante as ovações de Samora Machel. Um grupo de militares do lado Moçambicano (guerrilhas) no meio da efusão atiram balas tracejantes mas fazem-no muito baixo, ao nível da multidão, o que criou um momento de medo por parte das pessoas que pensavam que iriam ser atingidas. Em princípio não terão havido feridos durante este incidente.

Plano metodológico

Tema central: “Análise sociológica da violência durante o período de transição para a independência de Moçambique vivido em Maputo de acordo com um testemunho”.

Objetivo geral: analisar a violência no testemunho sobre o período transitório de Moçambique para um País independente sob a definição de violência como redução ao corpo.

Objetivos específicos:

- Contextualização sociológica do conceito violência;
- Descrição das teorias sociológicas da violência;
- Fundamentação do uso da teoria sociológica da violência como redução ao corpo (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011), para analisar a violência narrada no estudo de caso;

- Descrição de conceitos sociológicos importantes na análise da violência narrada no estudo de caso sob a perspectiva da teoria de violência como redução ao corpo;
- Aplicação da tabela de instrumentalidades explicativas das formas de redução ao corpo (Dores, 2014);
- Descrição dos principais fluxos de violência e contra violência;
- Descrição macro do período e momentos de violência de acordo com o testemunho (níveis estruturais, sociais/comunitários e individuais);
- Descrição micro do período e momentos de violência de acordo com o testemunho (níveis estruturais, sociais/comunitários e individuais).

Recursos metodológicos:

- Revisão de literatura para dissecação e contextualização do objeto de estudo – violência – explicada/estudada através de teorias sociológicas.
- Realização de uma *in-depth interview* semiestruturada, em estilo de conversação, para que o discente possa manter uma mente aberta sobre os desvios e contornos que possam emergir durante a entrevista tendo em conta os objetivos do que se pretende saber, para que conceitos e teorias possam surgir através dos dados recolhidos (Bryman, 2012). Esta é uma abordagem indutiva para estabelecer teorias e conceitos e que pretende incentivar uma conversa, permitir que os participantes partilhem a sua versão dos eventos (Bryman, 2012). Esta estratégia de coleta de dados tem como objetivo criar um ambiente de empatia e confiança que permita à discente engajar numa conversa sobre um tema sensível, emocional e íntimo, onde a entrevistada relate a sua história como a viveu e não para partilhar o que ela ache que irá ao encontro dos objetivos da discente (Bryman, 2012).
 - Limitações: Pressupostos e valores da discente que possam influenciar a análise do estudo de caso (Bryman, 2012). Poderá ser difícil separar a postura da discente como cientista social da perspectiva da sua entrevistada (Bryman, 2012). É importante reconhecer que o processo de investigação pode não ser completamente despojado de valores e pré-conceitos, mas que é responsabilidade da discente (investigadora) ser autorreflexiva, ter em conta a reflexividade sobre o papel das limitações mencionadas (Bryman, 2012). O leitor tem o direito de saber algo dos objetivos, expectativas, esperanças e

atitudes com que a discente efetuou a análise do estudo de caso, pois isso poderá influenciado a análise da discente (Bryman, 2012).

- Entrevistada: a entrevistada para o estudo de caso em questão – período de transição para a independência de Moçambique – é uma mulher que a discente conhece e de quem é próxima, residente em Moçambique e que durante o momento histórico mencionado se encontrava a viver na cidade de Maputo (capital do País) com 18 anos e a frequentar o primeiro ano da universidade.
- O período de análise será o ano de 1975, ano em que se deram as negociações entre Moçambique e Portugal para a efetivação da independência do País ocorrida a 25 de Junho do ano em causa.
- Apresentação da análise sociológica da violência durante o período de transição para a independência de Moçambique tendo em conta a contribuição que o testemunho traz à contextualização teórica/aprofundamento da teoria sociológica da violência como redução ao corpo.

Análise sociológica do estudo de caso

Introdução

O caso da Sociologia da Violência como uma subdisciplina (uma especialização) dentro da Sociologia é recente na história desta ciência social (Dores, 2015). Embora seja um fenómeno presente na humanidade e sociedade só recentemente, a partir da década de 2000, é que se criou a subdisciplina e teóricos propuseram perspectivas de análise do fenómeno (Dores, 2015). Aliás, no congresso mundial da Associação Internacional de Sociologia que teve lugar em 2010 um dos temas tratado foi o levantamento de fenómenos que não estivessem a ser abordados pelas ciências sociais ou que estando a ser abordados isto fosse feito de forma satisfatória (Dores, 2015). A violência foi identificada como sendo um destes objetos de estudo (Dores, 2015).

Como vem crescendo a noção de que a violência é um fenómeno parte integrante das ações humanas, têm surgido teorias que trazem abordagens para o estudo da violência. Neste trabalho ir-se-á descrever o campo da Sociologia da Violência para contextualizar as principais correntes de pensamento e fundamentar a escolha de uma destas correntes para a operacionalização do exercício aqui pretendido - análise sociológica da violência durante o período de transição para a independência de Moçambique vivido em Maputo de acordo com um testemunho.

A teoria da sociologia como redução ao corpo será a abordagem usada para a operacionalização do exercício, assim como a exploração de conceitos que complementam/fortalecem esta perspectiva de análise da violência (Dores, 2014; Reemtsma, 2011).

Essencialmente três correntes de certa forma fundadoras da Sociologia da Violência serão aqui apresentadas tendo em conta a abordagem de cada uma e sugerindo quais poderão ser as limitações de duas destas teorias levando à adoção da corrente sugerida por Reemtsma (2011). Wieviorka (2005) e Collins (2008) apresentam perspectivas macro e micro, respectivamente, para a análise deste objeto de estudo, e Reemtsma (2011) será o teórico que se sugere que apresenta um estudo mais integral da violência.

Wieviorka (2005) parte do pressuposto que há uma entidade (o sujeito) que como agente social utiliza a violência para atingir um objetivo. Poderá ser um sujeito que use a violência de forma inconsequente ou um sujeito que use a violência para alcançar algum estado de progresso/bem-estar (Wieviorka, 2005). A concepção do agente social – sujeito – é construída por Wieviorka (2005) com base no trabalho proposto por Touraine (1984), não só quem inicia a teoria do sujeito, mas também um mentor intelectual para Wieviorka (Dores, 2015). Wieviorka (2005) trabalha a violência numa perspectiva de paradigma, como algo que influencia a organização/estrutura da sociedade e dos estados, uma perspectiva mais política.

Collins (2008), por sua vez, sugere que a violência entra no espaço quotidiano, que é violência física – o ato de ferir o outro – e que é gerida/condenada pelos tribunais. A violência, de acordo com esta abordagem, está associada à quebra de uma barreira de tensão/medo que torna a prática da violência rara (Collins, 2008). Collins (2008) acredita que as pessoas em si violentas são raras e que as circunstâncias é que tornam as pessoas violentas. Portanto, para Collins (2008) a violência muitas vezes acontece contra os mais fracos pois o risco do exercício da violência é menor, a possibilidade de triunfo é maior e a tensão emocional que se tem que quebrar para que se consiga exercer a violência é também menor.

Reemtsma (2011) propõe que a violência é um ato de redução ao corpo, e, por oposição, há atos/fenómenos sociais que levam à expansão para lá do corpo. Violência é, assim, qualquer ação que resulte na redução ao corpo, seja do lado de quem comete ou de quem sofre a violência; seja uma violência simbólica, física ou mista (Reemtsma, 2011). Esta perspectiva permite olhar a violência como fenómeno social, sem subjacentes avaliações morais ou

avaliações se a violência é boa ou má, ajudando a estudar este fenómeno de forma mais holística e objetiva (Reemtsma, 2011). A violência como redução ao corpo abre espaço para “encontrar” manifestações deste fenómeno nas várias esferas da vida do indivíduo – social, íntima, política, económica, cultural – e durante o seu percurso de vida (desde que nasce até à sua morte) (Reemtsma, 2011). Permite também interligar o conceito de violência com a estrutura de organização social, estadual e económica (Reemtsma, 2011). É uma abordagem que permite ampliar (macro) e reduzir (micro) o objeto de estudo (Reemtsma, 2011).

Partindo do princípio de que a espécie humana tem uma natureza social composta por fatores biológicos e sociais, concebe-se a sociedade de forma recursiva (mimetismo) (Dores, 2014; Dores, 2015). Esta componente cíclica da sociedade permite admitir que as sociedades humanas produzem e reproduzem as suas formas de organização como forma de garantir o seu funcionamento e conformidade por parte dos indivíduos aos diversos níveis que pertencem/ocupam nas suas sociedades (Dores, 2014; Dores, 2015). O império, como forma de organização social, e caracterizado por misoginia, elitismo e dissimilação, é entendido como uma forma de organização em que está assente a sociedade (desde a sua origem) e usado pelas castes/grupos dominantes (historicamente) para a manutenção do seu poder (Dores, 2014; Dores, 2015).

Nesta conceção de sociedade (usada para a realização deste trabalho) admite-se o uso da violência como forma de manutenção do poder e da ordem, assim como a forma de distribuição da organização social entre os que fazem parte do grupo possuidor dos meios de produção e gestão de uma sociedade/estado e os cidadãos e os funcionários que funcionam nesse esquema/hierarquia confiando que a possibilidade de mobilidade social, da construção de melhores condições de vida, é possível na estrutura de que fazem parte (Dores, 2014; Dores 2015).

Ainda como nota introdutória e como indicado no plano metodológico, o leitor tem o direito de saber algo dos objetivos, expectativas, esperanças e atitudes com que a discente efetuou a análise do estudo de caso, pois isso poderá influenciar a análise da discente (Bryman, 2012). Importa referir que o perfil da discente se aproxima bastante do perfil da entrevistada, ou seja, a discente considera-se como sendo alguém a favor da democracia e da equidade, portanto, não só concordando com os processos históricos de descolonização como sendo da opinião que a soberania é um direito de cada nação. Assim sendo, esta perspetiva “alinhada” com o

testemunho recolhido pela discente poderá limitar a abrangência da análise sociológica da violência do estudo de caso escolhido.

As teorias sociológicas e o estudo da violência

A luta pela igualdade e diferenciação faz parte da história da humanidade (Dores, 2014; Dores, 2015). Estes objetivos antagônicos que se verificam nas sociedades são exacerbados por segredos sociais e estados de espírito/intenções que fazem parte dos processos de produção e reprodução das sociedades (Dores, 2014; Dores, 2015). Partindo do princípio que a natureza humana é composta por fatores biológicos e sociais, esta é adaptável (tanto a nível imunitário, como cultural) e contraditória, composta por oposições/conflitos (vida/morte; saúde/doença; igualdade/diferenciação) (Dores, 2014; Dores, 2015).

A evolução histórica, tendo em conta a natureza humana descrita acima, assenta sobre um modelo de socialização imperial (Dores, 2014; Dores, 2015). Este modelo caracteriza-se por três pilares que interagem entre si e ciclicamente mantêm a ordem social (Dores, 2014; Dores, 2015).



Esta forma de organização social tem-se provado eficaz visto que fazendo uso da violência conserva uma ordem social e poder instalados (Dores, 2014; Dores, 2015). Esta violência toma variadas formas e faz uso do poder como forma de impor a diferenciação horizontal (de gêneros/hierarquias); a diferenciação vertical (elites dirigentes/hierarquias); e o uso de simbologia para reforçar e cimentar a aceitação por parte dos indivíduos das suas condições e posições sociais por forma a que não sejam capazes de identificar/distinguir fenómenos violentos que impõem a estrutura em que vivem (Dores, 2014; Dores, 2015).

“O império resulta da eficácia relativa e competitiva da articulação da misoginia, do elitismo e da ilusão na concretização das necessidades práticas de uso da linguagem (discriminação de nomes e respetivas conotações incorporadas), uso da cooperação (fixação de orientações para a vida, em termos de cooperação vertical) e do uso da arte performativa (política; retórica; promessas; mistérios) para incorporação da linguagem e da cooperação dominantes” (Dores, 2018a).

O segredo social é, de certa forma, uma ferramenta usada pelo império para esconder a violência e, quando esta é exposta, é considerada como uma situação “singular” que provoca repugnância e aparece como uma surpresa e um escândalo perante uma sociedade que não é perspectivada como violenta pelos seus cidadãos (Dores, 2014; Dores, 2015).

O molde (a regulação) de intenções e estados de espírito permitem a manutenção do império (Dores, 2014; Dores, 2015). Os estados de espírito, também outra ferramenta do império, são as condições criadas para que os indivíduos cumpram com os papéis que lhes são atribuídos por causa da organização social vigente (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b). Os estados de espírito de proibir (ordem normativa), submissão (cooperação com forças dirigentes), marginal (luta contra a desigualdade social criada em cima de uma igualdade biológica) e de sacrifício (submissão aos rituais de superioridade, culto da personalidade, da responsabilização e do mérito) fazem parte de uma dialética entre as elites e as massas, com base na oferta/promessa de determinadas oportunidades/condições de vida para as massas por parte das elites, em troca de subordinação e indiferença generalizada face aos privilégios das elites (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b). Desta forma, os direitos de superioridade (acesso a privilégios) mantêm-se sob a mediação das elites, conservando o império (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b).

Como descrito acima a violência é parte integrante da condição humana e torna-se necessário perceber os contornos deste fenómeno social (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b).

Wieviorka (2005) define a violência como boa ou má dependendo das intenções e dos resultados da prática da mesma, ou seja, se a violência usada teve um sentido útil para a transformação da sociedade. Se o uso da violência resultar numa condição de vida melhor o autor considera que este tipo de violência faz parte do processo de progresso e que surge em momento revolucionários (Wieviorka, 2005). Quando o uso da violência não resulta em progresso o autor considera que, nestes casos, o uso da violência é inconsequente (Wieviorka, 2005). Portanto, quando se usa a violência para que o resultado seja o progresso não se classifica, necessariamente, os seus atores como violentos; mas, se o uso da violência for apenas para aniquilar o risco (por exemplo, destruição de inimigos), nestes casos consideram-se os atores como verdadeiramente violentos (Wieviorka, 2005). Assim, a violência faz parte da perversidade humana, onde a vontade de destruir sem utilidade vem ao de cima (Wieviorka, 2005). Como forma de classificar as violências consoante a ação observada, Wieviorka (2005) faz uso do conceito de sujeito, o agente social. Algumas tipologias de ação do sujeito/de violência podem acontecer quando:

- O sujeito perde o seu sentido, como pode acontecer num meio descontrolado como um motim;
- O sujeito retorna/reforça o seu sentido, aliado a sentimentos fundamentalistas baseados em crenças religiosas, políticas, económicas, entre outras;
- Ausência de sentido, o espírito crítico é inexistente e a prática da violência torna-se uma banalidade; e
- Senso comum que leva o sujeito a ser cruel, a crueldade como uma das facetas da violência (Wieviorka, 2005).

Para o autor o cerne da questão está no sujeito, a identidade que faz uso da violência em diferentes momentos históricos e os resultados que daí advêm (Wieviorka, 2005). Pode-se identificar um conjunto de sujeitos:

- O hipersujeito, determinado a melhorar a vida social;
- O anti-sujeito, que apenas opera num sentido destruidor;

- Os sujeitos flutuantes, estes são caracterizados pela sua indefinição e que podem fazer uso da violência como forma de quebrar a sua realidade quotidiana marcada pela falta de expectativas e objetivos;
- Os não sujeitos, estes são apenas seguidores de tendências e não procuram lugares de destaque de acordo com as suas ações; e
- Os sujeitos sobreviventes, que usam a violência como modo de defesa contra os atores dominantes (Wieviorka, 2005).

Collins (2008) olhou para a violência ao nível das ações do indivíduo considerando que as situações que são violentas. De acordo com este autor as pessoas evitam ao máximo a violência, mas não conseguem evitar as situações violentas que se produzem continuamente nas sociedades (Collins, 2008). De acordo com evidências colhidas sobre a reação de pessoas treinadas para exercerem funções violentas (militares, seguranças, entre outros), os resultados indicam que a maioria destes profissionais não executa a violência e, mesmo a minoria dos indivíduos que são violentos, não são capazes de executar a violência de forma eficaz (Collins, 2008). A execução da violência física e direta, como é definida por Collins (2008) é algo que perturba o mais fundo da natureza das pessoas.

Esta aversão à violência cria nas pessoas uma tensão emocional sempre que estas se deparam perante uma situação violenta (Collins, 2008). Esta tensão funciona como barreira à prática da violência e, apenas aqueles que conseguem ultrapassar esta barreira conseguem ser violentos (Collins, 2008). Collins (2008) indica duas situações em que esta barreira é transposta: em situações de pânico (por exemplo durante genocídios) ou em situações de distanciamento emocional permitindo que em raras ocasiões indivíduos se tornem violentos. Collins (2008) identifica também situações onde os indivíduos mais facilmente se tornam violentos: *bullying*, ataques aos mais fracos que não têm possibilidade de defesa e não se põem o risco de contra-ataque (violência doméstica, contra crianças e/ou idosos, são alguns exemplos).

Para Collins (2008) a violência é executada/praticada de forma rápida, limitada e em que os atores perdem o seu autocontrolo assim como se encontram num estado enfurecido/zangado.

As teorias sociológicas da violência apresentadas acima têm lacunas centrais que levam a que não sejam consideradas como cabais para fazer análises sociológicas de violência:

1. Os dois autores não consideraram a violência estatal (Dores, 2015). Esta ausência é crítica quando se analisa a sociedade sob uma estruturação imperial onde, não só o uso da violência está presente para a manutenção e controlo do status quo, mas também porque um dos objetivos de uma sociedade imperial é a dissimulação de violência, a omnipresença da violência (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018a);
2. As teorias acima não identificam a violência como forma de construção e manutenção de hierarquias, mais uma vez, também uma das características do império (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018a); e
3. A divisão do estudo da violência em macro e micro estruturas que se apresentam separadas não permitem a compreensão multidimensional da violência – a natureza humana compreendida por fatores biológicos e sociais; a presença da violência em todos os aspetos da vida e sociedade levando à necessidade de uma análise moralmente neutra; o mimetismo das ações humanas que leva à produção e reprodução de comportamentos e estruturas de organização social (sendo a estrutura analisada neste trabalho o império); e a ubiquidade da violência na sociedade imperial (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018a).

A violência como redução ao corpo permite um olhar holístico para este fenómeno integrante da natureza humana (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011). Esta abordagem consegue contemplar a justaposição da igualdade biológica dos humanos com a diferenciação social (estratificante) (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011). A violência está presente numa dialética entre a realidade factual e o mundo simbólico, cultural e ideológico (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011). A violência como redução ao corpo possibilita entender “os fatores estruturais (classificações de género, elitismo e dissimulação) explicados em função das condições acumuladas de existência (meio ambiente, social – nível de energia emocional acumulada – e biológico) e da sua relação com as dinâmicas de organização social (política e direito aplicável ou não à situação: presença ou ausência do estado, como também se diz.” (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b).

Esta perspetiva tem por objetivos entender o efeito da violência e não as suas causas por assumir a violência como um fenómeno que faz parte da realidade e da vida das pessoas; possibilitar uma discussão neutra no que concerne a questões morais tipicamente associadas à

apreciação dos comportamentos/situações violentas; e, pela busca do entendimento das dinâmicas que criam condições para a ocorrência de violência e não a análises de casos/situações específicas (como estudado por Wieviorka (2005) e Collins (2008), por exemplo) (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011).

A violência como redução ao corpo depreende que haja também movimentos de expansão para lá corpo (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011). O processo de sociabilidade está marcado por estes movimentos de redução e expansão do corpo visto que a incorporação de formas de estar e ser dá-se por forças impostas pelos poderes sociais/estatais estabelecidos (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011). Abre-se também a possibilidade de incluir as violências que se dão sem manifestações físicas/sem a agressão física; violências estas que são igualmente devastadoras (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011).

Importa notar que a violência como movimentos de redução ao corpo faz parte da experiência de todos e é integrada na autoimagem que cada um tem de si mesmo porque se o processo não se integra na identidade pessoal, a violência entra em contradição com a identidade previamente construída e a contra violência torna-se uma necessidade para reestabelecer/estabilizar a identidade pessoal (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011). É a rigidez que é imposta aos indivíduos pelas diferentes identidades que compõem a identidade pessoal (incluindo das identidades coletivas, como nação ou estado; cultura; crenças; a prática de desporto e o apoio às diferentes equipas representantes de nações/comunidades; entre outras) e provoca, ao mesmo tempo, transformações nessas identidades (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011).

Por fim, a violência como fenómeno omnipresente e como redução ao corpo permite um trabalho multi e sub disciplinar (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011). Pressupõe conhecimentos biológicos e sobre os modos de orientação usados pelas pessoas (calendários, rituais, mitos – incluindo as ciências sociais – direito, comunidades, etc.); proporciona a ligação de diferentes níveis/estruturas/abordagens para melhor compreender o fenómeno, pessoas e grupos, organizações e países, micro-macro, e estudos da mente (ciências sociais) e os estudos dos corpos (ciências naturais) (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011).

O estudo de caso sob a teoria sociológica de violência como redução ao corpo

Para examinar o estudo de caso usando esta metodologia implica quatro linhas orientadoras de análise:

1. A identificação das classificações polarizadas em torno das quais se organiza a violência (género, classes, ruas/cidades, nacionalidades, entre outros);
2. As elites em disputa (machos, proletários, funcionários, cidadãos, marginais, entre outros);
3. As contra elites em causa (vítimas, trabalhadores, consumidores, crianças, velhos, entre outros); e
4. As formas de camuflagem (fugas, fazer de morto, esconder-se atrás de papéis sociais, sem abrigo, entre outros) (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b).

Implica também considerar as seguintes tipologias de violência:

1. A violência classificatória (discriminação de géneros, necessária para a organização da vida reprodutiva das sociedades humanas);
2. A violência hierárquica (as figuras superiores responsáveis pelo garante da redistribuição de riqueza e do bem-estar social); e
3. A violência da ilusão (processos de legitimação de diferenciações de género e hierárquicas por forma a beneficiar as elites que correm sempre o risco de serem derrubadas) (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b).

Fazendo uso destas diretrizes é possível contrastar e destacar a violência que está/pode estar soterrada em camadas de estruturas civilizacionais que encapotam estes fenómenos violentos (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b).

Tendo em conta as limitações de aprofundamento da análise inerentes ao tipo e propósito do trabalho a ser entregue o objetivo será dissecar cada uma das linhas orientadoras indicadas acima com um exemplo destacado (um exemplo para cada linha orientadora) do testemunho relatado para o estudo de caso em análise - análise sociológica da violência durante o período de transição para a independência de Moçambique vivido em Maputo pela entrevistada.

Importa também indicar que o objetivo será também centrado nos exemplos de processos de redução ao corpo causados por violência e não na exploração dos movimentos de expansão para lá do corpo visto que o pretendido é a análise do objeto de estudo violência.

A identificação das classificações polarizadas em torno das quais se organiza a violência:

Género – a segurança pública passou a ser exercida pelos guerrilheiros que haviam participado nas guerras coloniais e que não eram necessariamente letrados nem tinham treino policial. Estes guerrilheiros são representantes legitimados da misoginia e patriarcado verificando-se na forma como as mulheres eram os alvos que onde o escrutínio zeloso/conservador se intensificava, não só para controle da sua circulação, principalmente à noite, como também para questionar a sua roupa (decotes, saias/calções/vestidos curtos, entre outros) quando esta era vista como inapropriada.

As elites em disputa (machos, proletários, funcionários, cidadãos, marginais, entre outros):

Claramente se percebe dois grupos de cidadãos em ação durante 1975 em Maputo (antiga Lourenço Marques) – os pró e os contra independência.

Grupos pró independência - elite branca (e com os membros não brancos aceites por este estrato social); população não branca constituída por indianos, goeses, mestiços, chineses e negros “assimilados”; e, a população negra. Violência praticada por estes grupos:

o processo de sublevação por parte da população negra que atacou carros vindos do aeroporto em direção à cidade por causa do comportamento dos comandos militares Portugueses a 21 de Outubro de 1974. O pronunciamento foi levado a cabo através do incendiamento de carros e pessoas independentemente de terem algo a ver ou não com a ocorrência levada a cabo pelos militares Portugueses. Esta população estava pela primeira vez e finalmente numa posição em que não só tinham direitos garantidos (educação, saúde, emprego, participação política, liberdade de expressão, entre outros) como podiam ser cidadãos ativos e participativos do rumo que achavam que o seu País deveria tomar. Os acontecimentos de 21 de Outubro de 1974 são um exemplo disto.

Grupos contra independência - elite branca (e com os membros não brancos aceites por este estrato social) e população não branca constituída por indianos, goeses, mestiços, chineses e negros “assimilados”. Violência praticada por estes grupos:

Dado que os detentores dos meios de produção e os recursos humanos qualificados a operar tanto no setor público como no privado, pertenciam aos grupos contra independência estes engajaram em processos de sabotagem económica caracterizados pela destruição de bens,

equipamentos e infraestruturas e ameaças de fecho parcial ou total das unidades produtivas e respetivos despedimentos em massa.

As contra elites em causa (vítimas, trabalhadores, consumidores, crianças, velhos, entre outros):

Neste caso, as contra elites eram exatamente os grupos que não concordavam com a independência de Moçambique mas que se encontravam numa situação sem volta, ou seja, não havia cenário possível (tanto pelo lado Português como pelo lado Moçambicano estava montado o processo de transição) em que a independência não fosse acontecer e estes grupos, em reações de desespero e pânico tentaram “impedir” que este processo avançasse. O caso do 7 de Setembro de 1974 é exemplo disto. Enquanto se formalizavam os Acordos de Lusaka a 7 de Setembro na Zâmbia entre a FRELIMO e o governo Português (acordos que tinham por objetivo a transferência rápida e incondicional do poder para a FRELIMO), em Maputo dá-se um levantamento da população branca (contra a independência de Moçambique) conhecida como os FICOS que toma o rádio clube na cidade de Maputo e começou a emitir mensagens para todo o País, incitando os brancos a revoltarem-se. Este assalto durou algumas horas durante o dia 7 de Setembro e os FICOS acabaram por ser retirados/expulsos pelo exército português que estava baseado em Moçambique a apoiar o período de transição até 25 de Junho de 1975.

As formas de camuflagem (fugas, fazer de morto, esconder-se atrás de papéis sociais, sem abrigo, entre outros):

A minoria da população não branca constituída por indianos, goeses, mestiços, chineses e negros “assimilados”, liderada pela elite colonial branca (e com os membros não brancos aceites por este estrato social), que também abandona Moçambique durante 1975.

A violência classificatória (discriminação de géneros, necessária para a organização da vida reprodutiva das sociedades humanas):

Como parte integrante dos movimentos que se conjugavam para avançar com o processo de independência do País e com um esforço que foi levado a cabo pelas várias camadas populacionais existia também a OMM. Esta organização de participação exclusivamente feminina com carácter militante que pôde ganhar relevância e atuar durante o processo, ganhou este espaço não porque naturalmente teriam sido o grupo prioritário que iria tomar a iniciativa de travar esta luta (tanto que o início deste processo com as guerras coloniais é levado a cabo

por homens) mas porque a necessidade de apoio era de nível tal que todas as frentes de suporte foram acolhidas. Este entusiasmo e vontade de participar por parte da população do País, particularmente das camadas jovens, foi claramente (e com a sua razão) aproveitado pelo governo.

A violência hierárquica (as figuras superiores responsáveis pelo garante da redistribuição de riqueza e do bem-estar social):

A aprovação da primeira Constituição da então República Popular de Moçambique que indicava o novo posicionamento do estado em termos do regime / sistema de governação, propriedade coletiva dos recursos naturais do solo e subsolo, a planificação estatal da economia com os setores estratégicos a serem geridos pelo estado e o Decreto Lei 16/75 de intervenção estatal – preconizando a implementação de medidas que contribuíssem para a garantia da paz social e o progresso destacando-se entre elas: a intervenção do estado no processo de gestão, por forma a garantir o funcionamento normal das unidades produtivas, o emprego e o bem-estar social contribuem para o agravar dos sentimentos de insegurança/pânico e desespero sentidos pelo grupo de cidadãos que havia vivido em Moçambique até então numa situação de superioridade, com qualidade de vida, bem-estar económico e segurança garantida por uma administração colonial entra em desespero e começa a abandonar o País. Este grupo sentiu-se inseguro e sem garantias sobre o futuro dos seus bens, se teria compensações, sem acordos financeiros ou comerciais para proteger e conservar capacidades técnicas, e sem a presença de Portugal após o 25 de Junho dado o acordo com base na completa abdicação unilateral de Portugal de todas as responsabilidades com relação a Moçambique.

A violência da ilusão (processos de legitimação de diferenciações de género e hierárquicas por forma a beneficiar as elites que correm sempre o risco de serem derrubadas):

A nível político Moçambique tinha um governo de transição que que tinha sido nomeado na sequência da revolução de Abril de 1974 em Portugal, cujo objetivo era apoiar na transição de colónia para País independente. Este governo era formado por representantes do estado e exército Português do Movimento de Forças Armadas (MFA) que liderou a Revolução dos Cravos, e por membros representantes e militares/guerrilheiros da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

Neste caso a questão central é a nomeação de quem pode integrar este governo de transição. Esta escolha é circunscrita a quem tem a legitimidade do poder e é hierarquicamente superior.

No caso específico de Moçambique esta nomeação teria sido liderada por Samora Machel, líder e presidente do movimento de libertação de Moçambique (FRELIMO). Estas nomeações seguem a lógica de estados de espírito. Os estados de espírito, funcionam como ferramenta para a criação de condições para que os indivíduos cumpram com os papéis que lhes são atribuídos tendo em conta a organização social vigente (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b). Desta forma, os direitos de superioridade (acesso a privilégios) mantêm-se sob a mediação das elites, conservando o *status quo* (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b). Moçambique tinha que ter um governo que garantisse a sua independência, e, portanto, Samora Machel terá nomeado os indivíduos que cumprissem os requisitos de confiança, lealdade, suporte ao movimento, trajetória como parte integrante do movimento (FRELIMO), e que não estivessem dispostos a pôr em causa/a arriscar algum tipo de traição pois as consequências iam de cativo, a tortura, a morte por parte dos que eram considerados traidores do movimento de libertação do país.

Conclusão

A teoria sociológica da violência como redução ao corpo não é uma teoria infalível / “blindada”. “O espírito de sacrifício (solidário ou místico) sempre foi a cola mais eficaz para estabelecer a cooperação entre as pessoas, com vista à sobrevivência e à evolução da espécie. A violência (redução ao corpo) é prazenteira mas arriscada: o sentimento de dever cumprido ou heroicidade pode incluir danos para as possibilidades de sobrevivência dos indivíduos sacrificados.” (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b). E estes casos foram sentidos em Moçambique pois o abandono de população do País não se circunscreveu apenas a ano de 1975 mas foi um processo de décadas onde diferentes eventos foram “motivando” o afastamento de Moçambique e, muitas vezes, a decisão de partida por parte dos indivíduos era feita mesmo que saíssem sem nada do País (perdessem todos os seus bens, capitais, investimentos, entre outros).

Não obstante as limitações apontadas, na subdisciplina de Sociologia de Violência, atualmente, esta é a opção que se apresenta mais capaz e completa no que toca à análise e entendimento do fenómeno de violência (Dores, 2014; Dores, 2015; Dores, 2018b, Reemtsma, 2011).

Se se assumir que a natureza humana é composta por fatores biológicos e sociais, esta é adaptável (tanto a nível imunitário, como cultural) e contraditória, composta por

oposições/conflitos (vida/morte; saúde/doença; igualdade/diferenciação); e, que, a violência é um fenômeno omnipresente em todas as facetas da existência humana, pensar a violência como redução ao corpo permite um trabalho holístico:

- Multi e sub disciplinar;
- Pressupõe conhecimentos biológicos e sobre os modos de orientação usados pelas pessoas (calendários, rituais, mitos – incluindo as ciências sociais – direito, comunidades, etc.); e
- Proporciona a ligação de diferentes níveis/estruturas/abordagens para melhor compreender o fenômeno, pessoas e grupos, organizações e países, micro-macro, e estudos da mente (ciências sociais) e os estudos dos corpos (ciências naturais) (Dores, 2014; Dores, 2015; Reemtsma, 2011).

Bibliografia

Collins, R., 2008. *Violence: A Micro-sociological Theory*, Princeton: Princeton University Press

Dores, A. P., (2014). *Violence in society*. *Pensamiento Americano*, 7(13), 144-162

Dores, A. P., (2015). *Sociologia da Violência*. Não editado. (online), consultado a 9 de Julho de 2018. Disponível em <http://home.iscte-iul.pt/~apad/novosite2007/texto/soc%20violencia.pdf>

Dores, A. P., (2018a). *O Império*. (online), consultado a 9 de Julho de 2018. Disponível em <https://sociologia.hypotheses.org/733>

Dores, A. P., (2018b). *Estigma, Intenções e Estados de Espírito*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 86, 2018, pp.135-152

Reemtsma, J. P. (2011). *Confiance et Violence – Essai sur une configuration particulière de la modernité* (1ª ed.2008). Paris: Gallimard

Touraine, A. (1984). *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard

Wieviorka, M. (2005). *La Violence*. Paris: Hachette Littératures